



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
CAPÍTULO 2	18
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
CAPÍTULO 3	29
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
CAPÍTULO 4	44
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
CAPÍTULO 5	61
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
CAPÍTULO 6	77
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
CAPÍTULO 7	84
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

CAPÍTULO 8	100
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	
CAPÍTULO 9	111
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6641911039	
CAPÍTULO 10	123
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
DOI 10.22533/at.ed.66419110310	
CAPÍTULO 11	138
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
DOI 10.22533/at.ed.66419110311	
CAPÍTULO 12	155
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
DOI 10.22533/at.ed.66419110312	
CAPÍTULO 13	169
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.66419110313	
CAPÍTULO 14	185
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110314	
CAPÍTULO 15	199
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66419110315	

CAPÍTULO 16	209
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110316	
CAPÍTULO 17	216
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110317	
CAPÍTULO 18	229
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110318	
CAPÍTULO 19	244
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110319	
CAPÍTULO 20	261
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
DOI 10.22533/at.ed.66419110320	
CAPÍTULO 21	278
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.66419110321	
CAPÍTULO 22	295
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110322	

CAPÍTULO 23	307
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110323	
CAPÍTULO 24	323
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.66419110324	
CAPÍTULO 25	332
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
DOI 10.22533/at.ed.66419110325	
CAPÍTULO 26	345
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
DOI 10.22533/at.ed.66419110326	
CAPÍTULO 27	361
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
DOI 10.22533/at.ed.66419110327	
CAPÍTULO 28	373
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.66419110328	
CAPÍTULO 29	397
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
DOI 10.22533/at.ed.66419110329	

CAPÍTULO 30 410

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.66419110330

CAPÍTULO 31 443

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

DOI 10.22533/at.ed.66419110331

SOBRE O ORGANIZADOR..... 428

CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS

Dante Severo Giudice

Doutor em Geografia; Professor do Curso de Geografia / Universidade Católica do Salvador-Bahia

dsggeografia@gmail.com

Michele Paiva Pereira

Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional /Universidade Católica do Salvador-Bahia

mpaivass@yahoo.com.br

RESUMO: O processo de desenvolvimento urbano sempre acontece respaldado por uma atividade econômica que o desencadeia. Dentre estas atividades, a mineração tem sido responsável pelo crescimento de muitas cidades no mundo, como é o caso das pequenas cidades na/da Serra do Sincorá, localizada na parte central do Estado da Bahia, em particular Lençóis. O caminho metodológico adotado foi levantamento do processo histórico de desenvolvimento da cidade de Lençóis e região, além de artigos sobre mineração e Serra do Sincorá. Desse modo foi possível, verificar a importância do ciclo da mineração para a formação das pequenas cidades nesta região.

PALAVRAS-CHAVE: Lençóis; mineração; pequenas cidades.

ABSTRACT: The process of urban development

always happens backed by an economic activity that sets it off. Among these activities, mining has been responsible for the growth of many cities in the world, such as the small towns in the Serra do Sincorá, located in the central part of the State of Bahia, particularly Lençóis. The methodological approach adopted was a survey of the historical development process of the city of Lençóis and region, as well as articles on mining and Serra do Sincorá. In this way, it was possible to verify the importance of the mining cycle for the formation of small towns in this region.

KEYWORDS: Sheets; mining; small cities.

1 | INTRODUÇÃO

No século XIX, com o auge da exploração de diamante, começaram a surgir, junto aos garimpos, os núcleos urbanos, que se tornaram centros dessa atividade e que tiveram um desenvolvimento urbano surpreendentemente rápido, com melhoria das edificações, consolidação do comércio, introdução de uma incipiente industrialização, além do crescimento demográfico. Na região da Serra do Sincorá, a história da ocupação humana na região está diretamente ligada ao 'ciclo da mineração'. O processo de ocupação começou em Jacobina por volta de 1701, a norte, com a descoberta

das primeiras jazidas de ouro. Embora proibida, a mineração clandestina continuou até a liberação do garimpo em Jacobina, através da Carta Régia de 5 de agosto de 1720.

A Fase áurea do ciclo do ouro baiano durou quase dois séculos, até os primeiros anos do século XX, quando a descoberta de jazidas em Minas gerou uma queda de 75% de seu preço no mercado internacional. E essa proibição continuou por mais um século, enquanto novas áreas de diamantes eram descobertas na Chapada. Com a liberação da exploração em 1822, houve uma grande migração de pessoas para estas áreas, dando início a uma significativa ocupação da Chapada Diamantina, formando-se vilas e povoados. Destas cidades, destacou-se Lençóis, que teve seu apogeu, abrigando grande contingente populacional atraído pela atividade, e despertando interesse do capital internacional, representado pelo vice-consulado francês na citada cidade. Dentro deste contexto, pergunta-se qual é o papel do ciclo da mineração na formação das pequenas cidades na/da Serra do Sincorá do Estado da Bahia, em especial Lençóis?

A metodologia utilizada para elaboração do trabalho constou de levantamento da bibliografia pertinente ao tema; pesquisa na internet, biblioteca de órgãos especializados, e nas próprias bibliografias dos livros e artigos encontrados; pesquisa/leitura da bibliografia, o que requereu leitura aprofundada, já que alguns tratavam do tema tangencialmente; sistematização das informações; e redação/elaboração do texto.

Este artigo pretende cooperar com a discussão sobre os processos de formação, desenvolvimento socioespacial e de produção do espaço urbano de pequenas cidades, a partir da análise do ciclo da mineração no espaço brasileiro, com o intuito de explanar a formação das pequenas cidades na/da Serra do Sincorá, no estado da Bahia, em especial a cidade de Lençóis. Para isto, o texto foi dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais: as pequenas cidades e a mineração em que são discutidos os aspectos históricos ocorridos no Brasil inerentes ao tema; a região da Serra do Sincorá onde são apontados os aspectos geográficos da área de estudo e o ciclo da mineração de Lençóis em que é abordada a relação do ciclo da mineração para a formação e desenvolvimento da cidade de Lençóis.

2 | AS PEQUENAS CIDADES E A MINERAÇÃO

Ao falar de cidade e seus conceitos, diversos são os critérios usados. A definição mais utilizada no Brasil é apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: “localidade com o mesmo nome do Município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais onde todas as sedes de municípios são consideradas cidades” (IBGE, 2010). Critério bastante discutido, pois abarca apenas o caráter político-administrativo e não contempla as características urbanas que esses espaços são capazes ou não de possuírem.

No âmbito da Geografia Urbana cresce a realização de estudos sobre as pequenas cidades devido à obrigação da presença das pequenas cidades nos planos nacionais de desenvolvimento e conforme os estudos de Sergio Boisier, o desenvolvimento regional e local proporciona o desenvolvimento territorial e estes devem estar articulados. A questão do desenvolvimento urbano está estritamente ligado ao processo histórico de urbanização que por sua vez introduz a problemática do desenvolvimento das sociedades. Segundo Castells (1973), o termo urbanização tem dois sentidos distintos: a) concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; b) difusão de sistemas de valores, atitudes, e comportamentos denominados “cultura urbana”. Este processo está sempre ligado a uma atividade desencadeadora e em algumas regiões do Brasil, a mineração desempenhou este papel.

O Brasil do final do século XVIII e início do século XX se constituía de um extenso território de baixíssima ocupação populacional concentrada basicamente na costa. Alguns poucos centros comandavam a extração de recursos naturais em amplas regiões, sendo o restante das localidades que poderiam se constituir no que poderia denominar “rede urbana”, meras aldeias, acampamentos, povoados, missões e, em casos especiais, vilas. O próprio sistema colonial baseado no latifúndio, no trabalho escravo e no monopólio comercial da Coroa Portuguesa impediam a expansão e a consolidação da base urbana. Monte-Mór (2001) afirma que:

As vilas e cidades coloniais no Brasil e em toda América Ibérica, diferiam claramente das cidades do capitalismo mercantil na Europa. Enquanto aquelas foram o espaço privilegiado onde a cidadania foi (re) constituída tornando-se o lócus da revolução burguesa, as formas urbanas nas colônias ibero-americanas foram expressões de um poder altamente centralizado representado e exercido pelo Estado monárquico absolutista. Entretanto da mesma forma como a cidade capitalista embrionária expressou as contradições básicas do sistema feudal e absolutista na Europa, eventualmente destruindo-o por dentro para dar origem a um novo modo de produção e sua nova classe dominante, a cidade colonial se tornou o espaço social onde as contradições do sistema colonial apareceram mais claramente. À medida que o produto social extraído no campo da colônia ganhou importância, também o ganharam as vilas e cidades e acentuando as contradições do sistema. Os conflitos para controlar os espaços de poder que as cidades coloniais representavam envolveram o Estado colonial, a Igreja, o capital comercial, e outros interesses locais e regionais da colônia que incluíam demandas e pressões colocadas pelos grupos sociais mais explorados, tais como os trabalhadores urbanos, índios, mestiços e escravos negros. Em lugar nenhum da colônia tais conflitos entre as formas urbanas nascentes e o sistema colonial foram tão expressivos como nas cidades mineradoras. (MONTE-MÓR, 2001, p.52)

Desta forma, as pequenas cidades da mineração foram também as responsáveis pela integração macrorregional do território brasileiro, já que as levadas de migrantes para as regiões mineradoras, um grande vazio demográfico, com dificuldades de transporte, já que em geral se situam em áreas inóspitas, foi responsável pela efetiva ocupação da área interior da colônia. Ainda que frágil, a rede de lugares centrais de apoio à produção extrativa mineral, teve impactos diretos na ocupação do território brasileiro. Ainda conforme Monte-Mór:

A natureza exclusivamente extrativa da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) onde a concentração do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o poder constituídos e o lócus da festa se encontram no espaço/obra coletiva. De outro lado, implica no fortalecimento de uma região complementar, tão vasta quanto a intensidade da economia urbana que a gerou, oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho implícita ao necessário abastecimento daquela forte e setorizada economia. A grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade econômica (e cultural, dado o apelo das “febres mineradoras” de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade (potencial, pelo menos) da atividade mineradora, gerou os mercados (urbanos) até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou fazendas e engenhos escravagistas. O resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc. (MONTE-MÓR, 2001, p.61)

Os debates sobre evolução urbana e/ou da história cultural das cidades, raramente trazem à tona as cidades da mineração, cujo exemplo contemporâneo são as cidades inglesas da mineração de carvão, razão pela qual os relatos centrados nelas são poucos. É notório que a atividade mineradora produz outra cidade, bem diferente da tradicional cidade política, historicamente tida como sede de controle de um espaço de produção externo, não só no Brasil, mas também no mundo. As cidades nascidas da mineração veem questionar a tese de que as cidades surgiram dos avanços tecnológicos do campo, e é a partir daí que se pode melhor compreender as especificidades das cidades mineiras e seu impacto na urbanização e formação do espaço brasileiro.

Dentro da discussão da organização do espaço urbano-regional, dois aspectos devem ser levados em consideração: a natureza, amplitude da organização regional e a urbanidade que caracteriza a cidade industrial, espaço que encerra a produção, a distribuição e a reprodução que se constituiu, desde o século XVIII como elemento integrante central da realidade urbana mineira. As principais características das cidades da mineração é que elas eram constituídas por uma população livre expressiva, muitas vezes maior que a população escrava, um fato raro na colônia, uma classe média urbana desenvolvida, onde o comércio e as demais atividades fazem surgir novas exigências culturais que leva a ampliação e diversificação das funções urbanas fundamentais e aprofunda local e regionalmente a divisão sócio-espacial do trabalho o que se traduz num sistema urbano jamais visto na colônia.

A produção de um espaço regional derivado de atividades mineradoras tem paralelos em várias partes do mundo e no Brasil, particularmente em Minas Gerais. Segundo Monte-Mór, a cidade que se desenvolve com base nos recursos minerais localmente definidos é uma comunidade de base industrial, necessariamente integrada em um sistema regional maior. Entretanto na Chapada Diamantina esse processo aconteceu dissociado de tal premissa.

A atividade da mineração nesta parte da unidade da federação ocasionou a

febre da riqueza que gerou uma série de lutas políticas na região. Com as crescentes descobertas de diamantes, duas grandes correntes migratórias com grandes diferenças sociais e culturais começaram a entrar em conflito na região. Uma originária do Planalto Central, do Alto Sertão baiano e do Vale do São Francisco. Do outro lado, comerciantes do Recôncavo, descendentes ou mesmo portugueses, que representam os interesses da Coroa. Estas disputas geraram constantes conflitos até o início do século XX, quando em plena decadência da mineração, as lutas entre famílias atingem uma violência nunca antes vista na Chapada Diamantina. Disputas e conflitos deixaram muitos povoados incendiados e a economia sertaneja totalmente aniquilada, até o fim da Revolução de 1930, quando as armas finalmente são entregues e muitos coronéis são presos e encaminhados a Salvador.

O fim do efêmero ciclo do diamante levou a decadência das cidades, mas já havia sido instalada a rede do que viria serem chamadas – as cidades do diamante – que guardavam traços urbanísticos que caracterizavam a época.

3 | A REGIÃO DA SERRA DO SINCORÁ

A Serra do Sincorá (Figura 1) localiza-se na parte central do Estado da Bahia, borda centro-oriental da Chapada Diamantina e abrange parte dos municípios de Andaraí, Mucugê, Lençóis, Palmeiras, Barra da Estiva, Ibicoara, Ituaçu e as vilas: Caeté Açu, Guiné, Igatu, Cascavel, Mundo Novo e Sincorá Velho. Compõe um lugar de amplo encanto paisagístico devido ao modelado a composição de serras com vales profundos de encostas íngremes e amplas chapadas. Tal geodiversidade determinante para a exploração de diamantes e carbonados que ocorrera no passado. Distante de Salvador, capital do estado, cerca de 400 quilômetros; O acesso por via terrestre poderá ser pela rodovia BR-324 e depois pela BR-116.

Localizada dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, A serra do Sincorá compreende um conjunto de diversas serras de menor extensão: Cravada, do Sobrado, do Lapão, do Veneno, do Roncador ou Garapa, do Esbarrancado, do Rio Preto, entre muitas outras. Serras que possuem picos com até 1700m de altitude e são afastadas por vales íngremes e profundos como *canyons*, tendo como principal rio da região, o rio Paraguaçu (PEDREIRA, 2002).

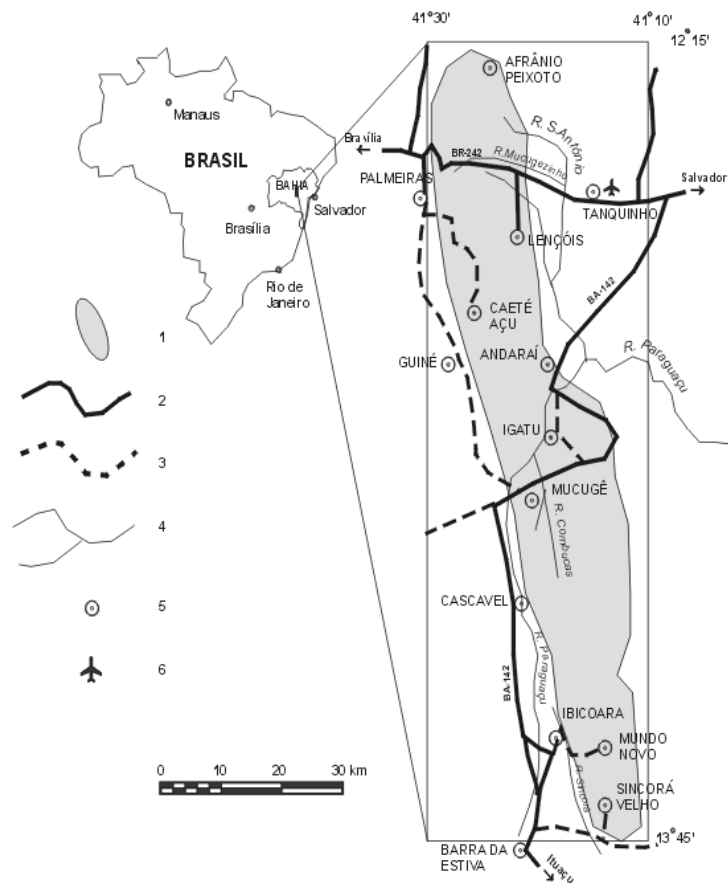


Figura 1: Mapa de Localização da Serra do Sincorá-BA

Fonte: <http://sigep.cprm.gov.br/sitio085/sitio085.pdf>

4 | O CICLO DA MINERAÇÃO E LENÇÓIS

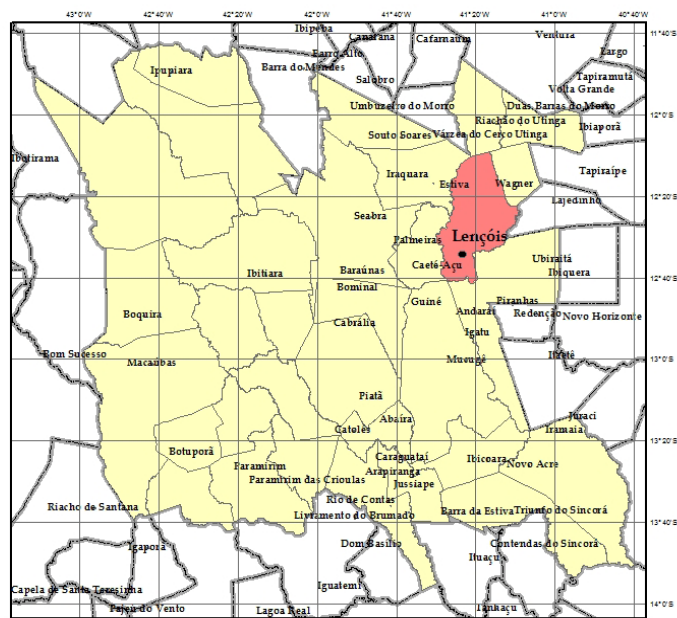
No processo de urbanização na Serra do Sincorá, destaca-se Lençóis (Figura 2) como uma das cidades que mais se desenvolveram e que surgiu em meados do século XIX, como extensão da descoberta de jazidas de diamantes na região de Mucugê. Contam os antigos segundo Teixeira (1998) que por volta de 1844, o Senhor Cazuzu do Prado e o seu escravo vieram de Mucugê e terminaram por descobrir diamantes. Conforme relato de Teixeira (op. cit):

O escravo encheu os piquais e o senhor mandou o pajem vendê-los à Chapada Velha. O homem foi então preso como ladrão de estrada, mas sabida a história, o povo partiu em busca da nova lavra. Essa corrida, fazia com que, quem chegasse na época poderia ver de cima da serra os tetos das barracas estendidas, como se fosse uma verdadeira “cidade de lençóis”, daí a origem do nome. A notícia da descoberta propagou-se mais ainda e para lá vieram aventureiros de toda a parte da Província. Alguns de poucos recursos, outros abastados, opulentos e com grandes recursos, inclusive numerosa escravatura, mas todos com o mesmo ideal: adquirir riquezas na Cidade de Lençóis. (TEIXEIRA, 1998, p.47, grifo nosso)

O garimpo era um local típico nas lavras diamantinas com seus ranchos, suas bateias e outros instrumentos peculiares à região e utilizados na busca de diamantes e carbonatos desde os primeiros tempos de mineração. As jazidas de diamante ficavam em algumas planícies, leitos de rios, riachos e ainda nos canais naturais,

mas eles eram proveniente da desagregação de uma “rocha mãe”, até os dias atuais, não detectada. O diamante era o ‘rei das pedras” e lá nos garimpos, os homens trabalhavam intensamente ao som do disco giratório e do bater rítmico das águas na roda que impulsionava a indústria e fazia brilhar ainda mais as gemas que serviam de adereço às damas da nossa sociedade, e fazia a expansão das cidades do entorno.

Figura 1-LENÇÓIS- Localização



Base : Folhas 1:100.000 da SEI -Ampliadas

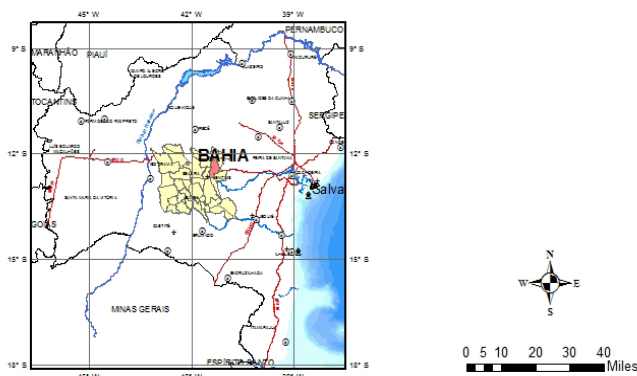


Figura 2: Mapa de localização de Lençóis

Fonte: SEI, 2010

No auge do ciclo, Lençóis foi a maior produtora mundial de diamantes, posição hoje ocupada por Angola. A riqueza gerada com a mineração do diamante possibilitou na época a importação de moda, estilo e novidades da Europa. A importância do pólo era tanta, que nesse tempo o governo francês instalou um consulado na cidade para facilitar a importação das pedras. Lençóis se tornou a “capital das Lavras”, e apontada como “Vila Rica da Bahia”.

A expansão urbana esteve condicionada a geodiversidade, pois esta expansão em áreas inadequadas causa sérios problemas ambientais.

A geodiversidade, apesar de ser um termo muito ligado à Geologia, é plenamente aplicada à Geografia, como afirma López (2005), que por sua vez, define geodiversidade como:

[...] a distribuição espacial de complexos territoriais diferenciados em distintas escalas geográficas. Seu estudo comporta dois desafios metodológicos centrais: a) a elaboração de modelos de multiescalaridade e, b) o desenho de métodos de leitura e interpretação dos lugares no espaço global.

Tal conceito pode ser complementado, pela definição de Nascimento e colaboradores (2008) que assegura que:

[...] o conceito de geodiversidade engloba a expressão da variabilidade das características ambientais de uma determinada área geográfica, cabendo ao pesquisador escolher os parâmetros ambientais (mapeamento, plano de informação), componentes da base de dados georreferenciada que possa servir como base para aferição da geodiversidade.

Por seu lado, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM)A, define geodiversidade como:

O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico (CPRM, 2008).

Assim sendo, alguns autores se dedicam a essa vertente de análise sobre a geodiversidade como condicionante da expansão, na perspectiva da compartimentação geomorfológica, dentre eles Gauttieri e Hiruma (2007). É fato que o conhecimento da geodiversidade dos sítios urbanos é básico na determinação do uso do solo e da susceptibilidade dos processos erosivos, permitindo reconhecer áreas de maior potencial de risco, que necessitam maior atenção do poder público. Esses autores utilizam em seus trabalhos, unidades diagnósticas que são agrupadas em três classes de aptidões: a) áreas favoráveis à ocupação; b) áreas de uso restrito, e c) áreas de preservação.

Gauttieri e Hiruma (2007) afirmam que:

O entendimento da evolução da paisagem e da combinação dos fatos geomorfológicos nela envolvidos é importante para o tratamento de problemas ambientais, e para o planejamento de intervenções deliberadas nos espaços naturais. O reconhecimento das características geomorfológicas do sítio urbano permite identificar fatores favoráveis ou desfavoráveis à sua ocupação, limitações e possibilidades de uso do solos, susceptibilidade potencial à erosão, sendo portanto essencial para a definição das áreas de preservação, de uso restrito, e de ocupação urbana (GAUTTIERRI; HIRUMA, 2007,p.06)

O Sistema de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta ao planejamento ambiental, tem sido muito utilizado para fins de planejamento e manejo de recurso natural na escala urbana, regional, estadual, nacional, de órgãos governamentais, conforme Lima (1996). O uso da tecnologia de geoprocessamento permite delimitar os

condicionantes estruturais que interferem na expansão do conjunto urbano, tornando-se responsável pelo controle e organização das cidades, definindo as áreas propícias para expansão urbana. Segundo Dias e colaboradores (2004):

[...] as melhores áreas-potenciais para a expansão urbana ocorrem nas áreas mais baixas, e nas baixas encostas onde os solos são mais adequados às fundações. entretanto, os fatores físicos (morfologia, morfometria, solo, altitude, geologia, etc.), em conjunto com os elementos naturais da paisagem (cobertura vegetal), e os parâmetros antrópicos (uso e ocupação do solo), também são importantes na delimitação de áreas potenciais para a expansão urbana.(DIAS et al, 2004, p. 10)

Na região de estudo a geodiversidade tem evidente importância na expansão das cidades, onde a estrutura geológica condiciona a ocupação, isso é evidenciado na cidade de Lençóis (Figura 3), onde os arenitos da formação Tombador são limitadores dessa expansão, já que o sitio urbana situa-se nas encostas desta formação, e tem o leito do rio Serrano como impedimento à expansão.

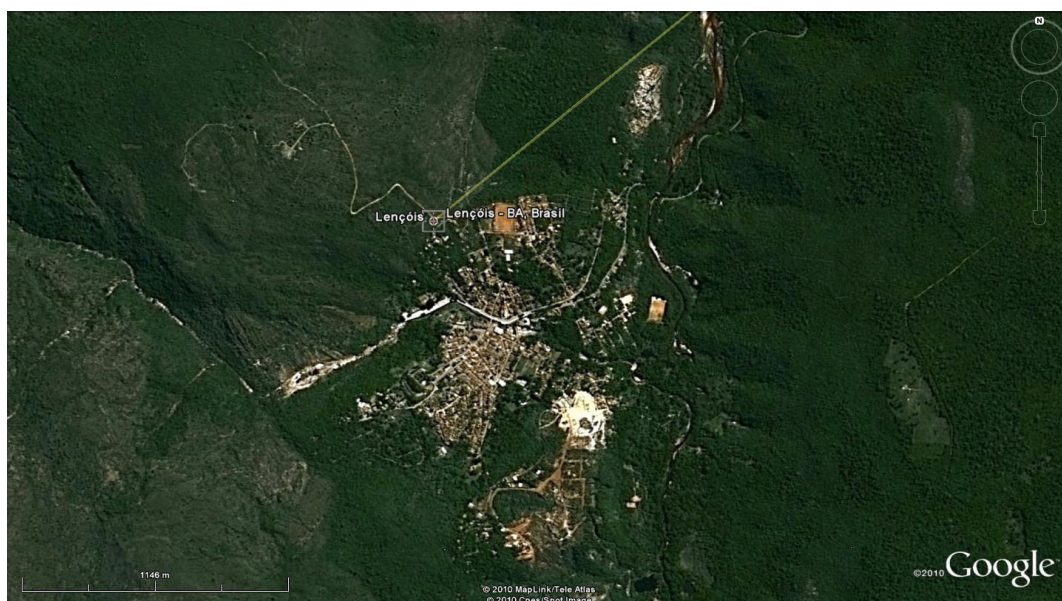


Figura 3 – Lençóis. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.

Fonte: Giudice (2012)

Ainda segundo Teixeira (op. cit.), depois de todo esse progresso, porém, a região transformou-se no maior centro do coronelismo e da jagunçada, retratando uma característica bem diversa das demais áreas mineiras do Brasil, e bastante típica do norte/nordeste do Brasil. No Sertão baiano, homem valente já foi sinônimo de jagunço. Lutador por ideal ou profissão, jagunço não era o mesmo que cangaceiro. Era soldado sertanejo, a serviço de uma causa e de um chefe, que desconhecia o medo no campo de batalha. Horácio de Matos, que dominou a região das Lavras Diamantinas, foi o último e o maior de todos os chefes dos jagunços. O próprio governo de Epitácio Pessoa foi obrigado a assinar com ele um acordo de pacificação, e a Coluna Prestes teve de mudar sua rota depois que invadiu os seus domínios.

Com o fechamento do garimpo, a partir de meados do século passado, as cidades

da mineração da Serra do Sincorá, e em Lençóis não foi diferente, enfrentaram grande crise econômica, pois deixou de existir sua principal atividade econômica, e os benefícios por ela trazidos não foram capitalizados no sentido de deslanchar o desenvolvimento, muito provavelmente pela estrutura socioeconômica arcaica reinante.

Atualmente, a exploração continua de forma mais lenta, embora as pesquisas continuem, e é fato que muito provavelmente se localize o filão principal dos diamantes, o que pode vir a causar uma nova corrida, se bem que isso seja muito pouco provável, pois esta nova fase, seria muito mais voltada para grandes empreendimentos (empresas) o que levaria a uma nova fase de crescimento da cidade, mas de uma forma bem diferente da inicial, e muito mais próxima da tradicionalmente conhecida. Entretanto, o rastro deixado pelo período áureo da mineração aliado aos atrativos naturais, fizeram surgir uma nova perspectiva econômica – o turismo – que vem modificando a dinâmica urbana, dando a cidade nova feição, como mostra o mosaico da Figura 4.

A cidade se expandiu pelas encostas, e a população, sobretudo a de menor poder aquisitivo, se deslocou para as áreas mais periféricas. Estas áreas de novas ocupações apresentam problemas ambientais de cidades maiores, como a ocupação de encostas de forma inadequada, com riscos de deslizamento/escorregamento das encostas.



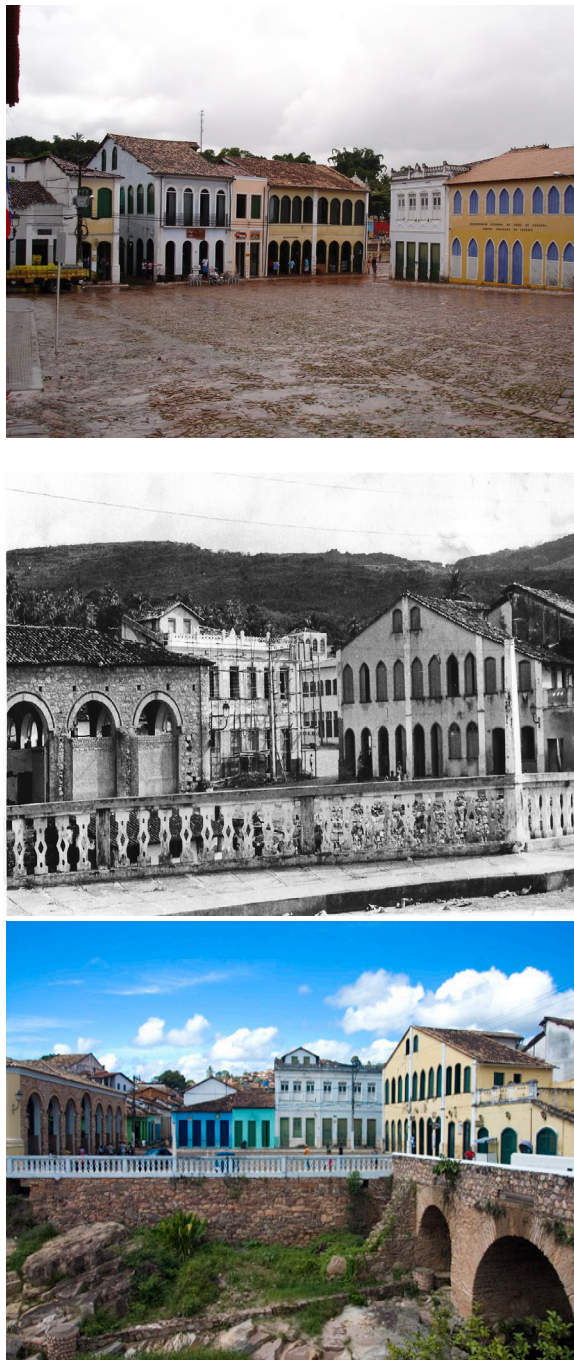


Figura 4 – Mosaico de fotos de Lençóis antigas (acima) e atuais (abaixo)

Fonte: Giudice (2012)

Esse deslocamento da população acabou cedendo o centro histórico para atividades comerciais (restaurantes, bares, pousadas, agências de viagem, lojas diversas), e residenciais para os forasteiros endinheirados. O centro foi restaurado/recuperado, e a cidade passou a atrair outro tipo de turismo, como o de eventos, por exemplo, como o III GeoBRHeritage, em 2015, onde se tratou de temas referentes a geodiversidade, geoconservação e geoturismo, muito importantes para a efetivação do turismo local.

O turismo trouxe também uma descaracterização da cidade em termos socioculturais, com costumes e comportamentos trazidos por estes novos moradores. Questiona-se se realmente o turismo trouxe desenvolvimento social para a cidade, ou

apenas oportunidades “periféricas” para a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mineração como toda atividade econômica é fomentadora do desenvolvimento urbano. Desta forma, as cidades da mineração foram as propulsoras da economia e da cultura urbana, em muitas regiões do Brasil, e também na região de estudo, já que promoviam a chegada da modernidade burguesa, e foram responsáveis, num primeiro momento, pela integração do território brasileiro. No caso da Serra do Sincorá a mineração foi a principal responsável pelo surgimento e desenvolvimento das cidades, como Lençóis, que surgiram para dar sustentação a atividade, já que as vias de circulação eram precárias, e se fazia necessário um local onde se concentrassem as atividades indispensáveis ao sustento dos garimpos, principalmente o comércio, que poderia ser de gêneros alimentícios, ou de comercialização dos diamantes, além de outras atividades eminentemente urbanas. Este fato fomentou grande migração para a região, que apresentava baixa densidade de ocupação, e dificuldade de acesso e transporte, uma vez que localizava-se em área inóspita, o sertão baiano. Ainda que frágil a rede de cidades de apoio à produção extrativa mineral, apoiada no tripé Lençóis-Andaraí-Mucugê, teve influencia em toda a província da Bahia, contribuindo para integração da então colônia, na economia mercantilista mundial, dando novo alento a economia baiana, abalada desde a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763.

No entanto, essa urbanização com base mineira teve características próprias e únicas, interconectando produção e poder, representado pelos coronéis. Essa economia extrativista promoveu a formação de cidades e vilas, cuja característica era uma excessiva concentração das atividades produtivas, com razoável divisão de trabalho e setorização econômica. A migração de mão de obra para atender as necessidades das minas, fez surgir mercados urbanos em áreas de economia de subsistência e de fazendas de pecuária. Em verdade as cidades da mineração vieram desconstruir a idéia de que as cidades são frutos de avanços tecnológicos rurais.

Da cidade de Iona, transformou-se no principal centro da região, chegando a ser comparada com Ouro Preto. O apogeu de Lençóis teve seu ocaso com o fim da era da mineração do diamante, e cidade voltou a florescer com o advento do turismo nos anos de 1980, que se consolidou nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS

BOISIER, Sergio. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. In: Estudios Regionales, nº 48, 1997.

CASTELLS, M. La Question Urbaine. Paris: Ed. François Maspero, 1973

DIAS, J.E.; GOMES, O.V. de O.; GOES, M.H. de B.O uso do geoprocessamento na determinação de áreas favoráveis a expansão urbana no município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Geografia, v. 13, nº 2, jul/dez 2004. UFRJ. Rio de Janeiro. PRODETUR/NE II – PDITS Chapada Diamantina

GAURRIERI, M.C.M.; HIRUMA, S.T. A Expansão urbana no planalto de Campos do Jordão. Diagnóstico geomorfológico para fins de planejamento. Revista do Instituto Geológico, São Paulo. n. 25, v. 1/2, 2004.

GIUDICE, D.S. Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia. Salvador: CBPM, 2012.

GIUDICE, D.S. Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia. Aracaju: 2011. Tese (Doutorado). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Sergipe.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Noções de Cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

LEFEBVRE, H. La revolución urbana. Madrid: Alianza, 1983, cap. 2 e 3.

LÓPEZ. J.R. Los desafíos del estudio de la geodiversidade. Revista Geográfica Venezolana, v. 46, n. 1, 2005.

MARTINS, A.L. Breve história dos garimpos de ouro no Brasil. Rocha, G.^a (Org.). Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 177-215.

MARTINS, A.L. & BRITO, A.E.A. História da mineração no Brasil. São Paulo: Emp. Das Artes, 1989.

MONTE-MÓR, R.L.DE M. A Gênese e estrutura da Cidade Mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

_____. A fisionomia das cidades mineradoras. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

NASCIMENTO, M.A.L. do; RUCHKYS, U.A.; MONTESSO-NETO, V. Geodiversidade, geoconservação e geoturismo. São Paulo: SBG, 2008.

PEDREIRA, A.J. 2002. A Chapada dos Diamantes - Serra do Sincorá, Bahia. Publicado na Internet em Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio085/ChapadaDosDiamantes.htm>> Acesso em 01 de julho de 2016.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. Geodiversidade do Brasil. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Folhas 1:100.00 de Lençóis, 2010.

TEIXEIRA, C. Mineração na Bahia: ciclos históricos e panorama atual. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998. 208 p.: il.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-166-4

